

PROFESSORES TEMEM HAVER INTERFERÊNCIA

Câmeras que transmitem as aulas, as brincadeiras e a hora do lanche estão longe de ser uma unanimidade entre professores. As queixas vão do medo da interferência exagerada de pais até a perseguição da direção. "O monitoramento pode tolher a liberdade dos docentes, tanto no trabalho pedagógico quanto na liberdade de expressão da turma", observa o diretor do Sindicato dos Professores de Escolas Particulares (Sinproep-DF), Trajano Jardim.

Apesar de não haver lei que regule a prática, de acordo com ele, quando consultado, o sindicato só recomenda o uso de câmeras no ensino infantil. "A partir do início do ensino fundamental, os docentes já precisam de mais espaço para trabalhar a formação individual dos alunos." No meio do ano passado, uma escola do Cruzeiro pediu recomendação ao Sinproep para colocar os equipamentos nas salas até a 4ª série. Após debates, a entidade se posicionou contrária e o colégio adotou só o monitoramento dos corredores.

No ensino público, o uso de câmeras também é criticado, mesmo sem que qualquer uma das 620 escolas da rede transmitam imagens pela internet. O sindicato dos professores questiona o uso de câmeras até nos corredores. "Os debates não estão apenas ligados à segurança. O monitoramento pela direção pode resultar em problemas aos professores quando saem de sala para buscar algum material ou até para ir ao banheiro", diz Valdeci Silvério Marques, um dos diretores do Sinpro.

De acordo com a Secretaria de Educação, os colégios com monitoramento na rede pública conseguiram o equipamento a partir de cortes no orçamento ou pela Associação de Pais e Mestres. Isso porque a proposta da secretaria de colocar câmeras em todas as escolas, anunciada há quase dois anos, está parada. Na hora de licitar o serviço, o governo decidiu juntar todos os pedidos de monitoramento em um pacote. A aquisição de câmeras para as escolas, agências do BRB, postos de saúde e hospitais gerou um custo alto demais e que ainda aguarda aprovação. (EK)